



Volume I, número 2, jul-dez, 2020, pág. 436-456.

TRANSFORMAÇÕES CURRICULARES DO ENSINO BÁSICO EM MOÇAMBIQUE: INOVAÇÕES, IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS DO SÉCULO XXI.

Bernardo Alfeu Uachisso
Chico Francisco Faria

Resumo

A inovação se tornou cada vez mais, um dos assuntos mais debatido no universo corporativo. Hoje há uma surpreendente quantidade de artigos, livros teses, cursos de especialização, conferências disponibilizados para fazer compreender os princípios, valores e processos capazes de criar transformações inovadoras nas organizações. A abordagem centra-se na educação, por ser um processo que tem vindo a merecer uma dinâmica inovadora que acontece de uma pessoa para a outra. Por ser a educação que promove o desenvolvimento, o progresso a todos os níveis da sociedade, que gera novos saberes para a transformação social, tecnológica, política, por manter as sociedades vivas e prospera. A educação, foi, e é nos dias de hoje alvo de debates e análises que culminam com a transição de um modelo ao outro quase em muitos países, mas com destaque a Moçambique. Neste contexto é apresentada a descrição das mudanças que educação moçambicana teve e respectivas inovações como se pode notar nos principais momentos de destaque nomeadamente: período de 1974 a 1975 considerado de transição do governo português ao primeiro governo nacional, em que foi retirado tudo que fosse contrário à ideologia da FRELIMO, de seguida 1975 a 1983 que foi a reformulação dos programas do ensino, em 1983 a 2004 introdução do Sistema Nacional de Educação com mudanças profundas no currículo e de 2004 até atualmente, introdução e implementação do novo currículo do ensino básico. As reflexões trazidas nesta abordagem sobre educação no país, estão mais cingidas as inovações introduzidas no novo currículo de ensino básico, sua adequação a realidade moçambicana. Constitui foco dos aspectos dessas inovações as ações implementadoras, capacitações em cascata, dificuldades que ainda persistem na leccionação, situação das novas disciplinas, com destaque ao currículo local, ensino bilíngue e sistema de ingresso dos professores na carreira de docência no país.

Palavras chaves: Currículo, inovação, implementação e desafios

Abstract

Innovation has become more and more one of the most debated issues in the corporate world. Today there is a surprising amount of articles, theses books, specialization courses, conferences available to make understand the principles, values and processes capable of creating innovative transformations in organizations. The approach focuses on education, as it is a process that has come to merit an innovative dynamic that happens from one person to another. Because education promotes development, progress at all levels of society, which generates new knowledge for social,



technological, political transformation, for keeping societies alive and prospering. Education has been, and is today the subject of debates and analyzes that culminate in the transition from one model to the other almost in many countries, but especially in Mozambique. In this context the description of the changes that Mozambican education had and its innovations was presented, as can be seen in the main highlights: 1974 to 1975, considered as a transition from the Portuguese government to the first national government, in which everything else was removed to the ideology of FRELIMO, from 1975 to 1983, which was the reformulation of the educational programs, from 1983 to 2004 the introduction of the National Education System with profound changes in the curriculum and from 2004 until now, introduction and implementation of the new basic education curriculum. The reflections brought about in this approach to education in the country are more closely related to the innovations introduced in the new basic education curriculum, its suitability to the Mozambican reality. It is a focus of the aspects of these innovations the implementing actions, cascade capacities, difficulties that still persist in the teaching, situation of the new disciplines, with emphasis on the local curriculum, bilingual education and system of teacher entrance in the teaching career in the country.

Keywords: Curriculum, innovation, implementation and challenges

Introdução

A inovação é o acto de renovar e introduzir novidades, tendo como seu ponto de partida a criatividade, indo na perspectiva de Serafim (2011, p. 23), infelizmente no mundo corporativo alguns indivíduos continuam pensando que inovação, criatividade e invenção são a mesma coisa, mas este assunto é tao discutido nos dias de hoje, segundo Sarkar (2014, p.159), acabou sendo pessimista no assunto ao afirmar que se existisse um premio em que poderia se atribuir a popularidade para uma das palavras que nas ultimas décadas tem merecido tanta curiosidade dos médicos, mundo de negocio, académicos, seria a palavra “inovação”. As invenções impactam de forma forte a sociedade e revolucionam a vida dos cidadãos.

Entretanto nem é sempre que as inovações surgem de método científico. Tantas que são usadas advém do conhecimento popular ou de outras fontes. Mas nesta reflexão dá-se ênfase ao sistema educacional, que não tem sido isenta de inovação, resultantes de erros, correções e adaptação atinente à resolução dos problemas que vão surgindo na sociedade, assim como as exigências ambientais. Nesta perspectiva faz-se assentar as descobertas de uma época da ciência.

Para adaptar-se a estas mudanças, em Moçambique foi introduzido o novo curricular e que segundo Pacheco (1996, p.17), advoga currículo como “um plano que apresenta um conjunto de experiências educativas vividas pelos alunos dentro do



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

contexto escolar, como um propósito bastante flexível que permanece aberto e dependente das condições da sua aplicação”. Em 2004 o Ministério de Educação (MINED) introduziu inovações no Novo Currículo do ensino Básico em 2002, nomeadamente: “ciclo de aprendizagem, ensino básico integrado, Currículo Local, distribuição de professores, Progressão por ciclos de aprendizagem, línguas moçambicanas, língua inglesa, ofícios, educação moral e cívica e educação musical”(INDE, 2003, p. 24 - 31).

Dentro dessas inovações, destaca-se o currículo local, os professores, a comunidade local como foco. Neste propósito, foram definidas políticas públicas que são o conjunto de acções e decisões do governo, voltadas para a solução dos problemas da sociedade. São acções através das quais o Estado assegura a implementação dos seus programas e materializa as suas prioridades em prol do desenvolvimento do país e da plena satisfação dos anseios dos cidadãos. A conclusão do ensino primário continua actualmente a ser umas das maiores preocupações do Governo e organismos que se ocupam da educação.

Neste contexto o governo Moçambicano, está implementando o novo currículo do ensino básico, iniciado em 2004, como estratégia para suprimir as contradições e desajuste das condições actuais que o país vive. Entretanto o mesmo currículo tem merecido divergência de ideias pelos pais/encarregados de educação, académicos, religiosos, políticas entre outros, devido os problemas que a maioria dos alunos tem apresentado. Na perspectiva do Heidemen & Salm (2009, p. 28), contribuindo no assunto afirmam que para chegar ao desenvolvimento, principalmente a um desenvolvimento satisfatório à maioria de seus cidadãos, não basta que o país subdesenvolvido busque inspiração nos países desenvolvidos. “Esta estratégia considera o mesmo autor ter seguido e estimulado no passado, mas provou-se inadequada”.

De acordo Rezende (2004, p. 9) as políticas públicas são entendidas como a materialização das intenções do estado para atingir os objetivos coletivos dos cidadãos através de programas e projetos governamentais de destaque eficiência. É nesta perspectiva, que urge a necessidade desenvolver uma reflexão científico, por acompanhar e assistir no sector da educação, com frequência, profissionais e vários debate dos académicos nos Mídias, sobre os problemas do ensino básico, suas consequências, hoje,



se fazem sentir até ao nível superior. Há professores com nível superior e até de português que mostram sérios problemas de escrita, neste contexto faz-se compreender através deste reflexo, até que ponto a gestão da implementação do novo currículo do ensino básico, corresponde aos propósitos pretendidos no sistema educativo em Moçambique.

O estudo é apresentado sob lema “*Transformações curriculares do ensino básico em Moçambique: Inovações, Implementação e Desafios do XXI*”, como uma das acções do governo levadas a cabo no país desde 2004. Com esta reflexão, espera-se que seja mais uma das contribuições no conjunto dos estudos e análise sobre o currículo do ensino básico no país.

1. Historial das Reformas do Sistema Educativo em Moçambique

A abordagem na AGENDA-2025, segundo Humbane (2013, p. 22) que debruça sobre a situação actual da educação. Refere que neste período a educação assentou na discriminação entre europeus, assimilados e indígenas. Assim, cerca de dez anos antes da independência, os estudantes negros nas escolas comerciais e industriais representavam apenas 17% do total da população em idade escolar, 2,9% no liceal e simplesmente cerca de 0,9% no ensino universitário.

A esmagadora maioria no ensino superior eram filhos de colonos que entretanto, abandonaram o País após a independência. O acesso à educação neste período em Moçambique era limitado aos moçambicanos. Aos moçambicanos era reservada a possibilidade de se matricularem em escolas missionárias, principalmente da Igreja Católica, na qual era ministrado o ensino primário rudimentar, que mais tarde passou a ser conhecido por ensino de adaptação, com duração mínima de três anos. Às escolas reservadas aos filhos dos brancos e assimiladas era vedada a matrícula dos indígenas. O efeito imediato da independência circunscreve-se em grande parte do pessoal qualificado, incluindo os docentes, abandonou o país, deixando o sistema educativo em uma situação precária de acordo com (CASTIANO, 2005, p. 36).

A Constituição da República de 1975 consagrou a educação como um direito e um dever de todos os cidadãos, assumindo o estado a promoção de condições



necessárias para o exercício pleno desse direito a todos os moçambicanos, visando, com isso, combater o atraso a que esses foram sujeitos durante o sistema colonial. Dessa forma, o primeiro governo independente de Moçambique colocou à escola moçambicana o desafio de difundir o conhecimento técnico e científico e divulgar a cultura nacional, que, durante muito tempo, foi dominada pelo colonialismo. Para que esses objectivos fossem rapidamente alcançados, o governo independente declarou, em 24 de Julho de 1975, a nacionalização da educação, da saúde e da justiça.

Segundo Mazula (1995, p. 151), a nacionalização era uma medida radical e de impacto para o controle das escolas e para a socialização da educação. Neste contexto a Política Nacional de Educação identifica as principais metas do governo para o sistema educativo e define políticas específicas. A reforma curricular de 2004, foi justificada, por um lado, pelas transformações ocorridas nas esferas política, social e económica, através da introdução de um sistema político multipartidário, pela adoção de um modelo de desenvolvimento económico baseado no mercado livre e pela descentralização da gestão e da administração do estado que segundo CAP (2010, p. 12), as acções políticas giravam a volta da redução do papel do governo e da criação de actores não governamentais no processo socioeconómico e de governação, ao mesmo assunto, Ngwenha (2011, p. 47), considera de Neo - liberalismo e advoga ainda que não são as relações de mercado e governação teocrática que produzem sentido e legitimidades dos quais a sociedade e os indivíduos tem necessidades, mas sim as suas políticas. Como forma de adequar e garantir uma melhor qualificação dos alunos por meio de um currículo que reduzisse a distância existente entre a nova realidade por eles vivida e os conteúdos escolares definidos pelo currículo tinha que se introduzir reformas. Salm & Heideman (2009, p. 30), a mudança do paradigma curricular deveria trazer as relações de satisfação das necessidades exigidas ao processo educativo. O estabelecimento das relações permite que o desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões de políticas públicas bem formuladas e implementadas pelos governos figurados no estado e em coordenação com as mais forças vivas da sociedade.

Dessa forma, era necessário construir um currículo orientado, para a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem dos alunos e adequado à realidade sociocultural do país. Assim, como corolário de um grande movimento de debate que



envolveu diversas personalidades da sociedade moçambicana, com destaque para políticos, religiosos, autoridades tradicionais, professores, alunos e sociedade civil, congregados no Fórum Nacional de Consulta para a Transformação Curricular. Em 2002, teve início a transformação curricular do ensino básico, que culminou com a implementação no ano de 2004. Segundo Castiano et. all (2006, p. 65), esta visa responder a três principais questões, nomeadamente: a expansão das oportunidades educativas, a melhoria da qualidade do ensino e uma administração escolar descentralizada.

1.2. Períodos e Principais Inovações Ocorridas em Moçambique

De acordo com o Guibundana (2013, p. 18), educação entre 1974 a 1975 é considerada educação do período de transição do governo português ao primeiro governo nacional dos moçambicanos em que foi caracterizada por inovações atinentes a reestruturação dos programas de ensino, retirando tudo o que fosse contrário à ideologia da FRELIMO. Entretanto esta inovação oferece uma percepção de que foi uma mudança de um currículo do interesse dos portugueses para acomodar o interesse frelimista. Este não visava ainda aos fins da perspectiva dos cidadãos moçambicanos fora de tendências de grupos com seus propósitos.

Educação no período de 1975 a 1983 antes da introdução do SNE, foi reformulada os programas da 1ª à 11ª classe e alteração dos conteúdos, retirando as disciplinas de História e Geografia de Portugal e de Religião e Moral. Introdução das disciplinas de História e Geografia de Moçambique e África, Educação Política e actividades Culturais. Ainda que este propósito tendia a realidade moçambicana e africana, a nacionalização da educação degradou a nível de ensino pela falta de professores.

Educação no período 1983 a 2004 caracterizou-se como sendo de introdução do Sistema Nacional de Educação (SNE) com inovações profundas no currículo do Ensino Primário, Ensino Secundário e introdução das áreas de Comunicação, Ciências Naturais e Sociais, Política-ideológica, Histórico - cultural e Educação Física.

No período 2004 até actualmente foi da introdução e implementação do novo currículo do ensino básico reformulação das áreas curriculares em **1. Comunicação e**



Ciências Sociais, 2. Matemática e Ciências Naturais, 3. Atividades Práticas e Tecnológicas).

A introdução de novas disciplina como Línguas Moçambicanas, Língua Inglesa, Educação Musical, Educação Visual, Ofícios, introdução do currículo local como componente do currículo centralmente definido e reformulação dos critérios de avaliação, através da introdução da promoção por ciclos de aprendizagem que infelizmente no país tem merecido muitas interpretações em que uns alegam que os graduados saem sem competências necessárias e outros acham que é uma interpretação do currículo entre outras. O propósito básico dos pais sobre o currículo era que este respondesse as condições de enquadramento a nível regional da África austral, sobretudo na comunicação já que Moçambique é considerado como um país que beneficia se ou é prejudicado por estar rodeado de países falantes da língua inglesa.

2. Currículo

Para melhor entender o termo currículo é necessário entender sua definição e o sobre o que representa. Pereira (2014, p. 17), considera serem várias as definições atribuídas a este conceito, ou seja, cada autor adopta uma definição. Ainda Pacheco (2007, p. 48), citado por Preira (2014, p. 17), afirma que há diversas concepções de currículo e não existe um consenso acerca de sua definição. Tal termo já foi “associado a rol de conteúdos escolares, matriz curricular, programas de ensino, ações práticas no contexto escolar e a todos esses fatores em conjunto”.

O currículo como sendo um campo vasto e apetecível para as classes dominantes, as decisões sobre ele são tomadas em diversos contextos, político, administrativo, gestão, realização e a que correspondem as fases do currículo prescrito, apresentação, programação, planificação de acções e avaliações. Há que entender ou perceber que currículo escolar nos dá a ideia de um caminho percorrido durante uma vida, ou que se vai percorrer. O currículo é algo bastante abrangente, dinâmico e existencial. O currículo escolar envolve todas as situações da vida escolar e social do aluno.

Em consonância com Santiago, citado pelo mesmo autor Pereira (2002, p. 23), também faz consideração ao afirmar que na literatura especializada, encontra-se ainda



inúmeras definições de currículo, as quais, numa visão geral e simplificada, podem ser organizadas de acordo com os seguintes grupos de significados:

- a) o currículo é concebido como projeto educativo composto de diferentes aspectos administrativos pedagógicos: disciplinas, conteúdos; métodos e técnicas de ensino, tempos e espaços organizados para conduzirem o percurso de escolarização.
- b) o currículo é visto como expressão formal e material do projeto pedagógico da escola, ou seja, como conjunto de práticas e experiências mais amplas que estabelecem a relação entre a escola e a sociedade apontando a direção do processo educativo.
- c) o currículo é definido como campo prático de organização do processo educativo formal, na educação escolarizada, território de intersecção de experiências diversas dentro e fora da escola, que supõem a concretização dos fins sociais e culturais da escola.
- d) o currículo é concebido como um dispositivo cultural e discursivo, como “prática de significação” permeado de relações de saber-poder que fornecem uma das tantas maneiras de conceber ou interpretar o mundo. Podemos, então, perceber que o currículo não é um objeto específico que possa ser definido ou entendido de uma só forma.

De acordo com Sacristán (2001, p.17), “quando se define o currículo esta - se descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado”. Segundo Medeiros et. Al apud Pereira (2014, p. 20) diz que o currículo é um ponto essencial da estrutura educacional e faz parte do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino. Dessa forma o mesmo deve ser raciocinado e refletido pelos indivíduos que em sua interação possuem uma meta em comum e optam por uma teoria que sustenta a mesma.

Sendo assim a estrutura do currículo é fundamentada essencialmente no processo pedagógico de cada ambiente escolar, considerando os fundamentos básicos para sua elaboração. A instituição de ensino é o lugar para entender, dar valor e concretizar o plano educativo, considerando a necessita de desenvolver seu projeto pedagógico com base no dia a dia de seus educandos.



2.1. Razões da Introdução do Novo Currículo do Ensino Básico

A reforma curricular, introduzida no país em 2004 justifica-se pelo fato de a estrutura curricular e os conteúdos dos programas de ensino desenvolvidos nos anos iniciais da década 1980 estar desajustados à realidade política, social e económica do país. A estrutura curricular era demasiado rígida e prescritiva, sem espaço de manobra para adaptações aos níveis regional e local, e os conteúdos pouco relevantes ou de pouca utilidade prática, possibilita aos cidadãos capacidades e habilidades que lhes permitiriam contribuir para a melhoria da sua vida, na sua família, comunidade e do país.

A construção do currículo do ensino básico seguiu uma série de actividades preliminares, de entre as quais se destacam a realização de estudos e pesquisas orientadas para esse objectivo, dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com a finalidade de “colher experiências dos países vizinhos sobre o Sistema Educativo, mais especificamente sobre a Educação Básica e a Formação de Professores” e construção de consensos através do Fórum Nacional de Consulta para a Transformação Curricular, que envolveu representantes da classe política, económica, social, cultural, religiosa e académica (PCEB, 2003, p. 33)

2.3. A Estrutura Curricular

A reforma teve as seguintes inovações: a introdução de Ciclos de Aprendizagem; o Ensino Básico Integrado, o Currículo Local, a Progressão por Ciclos de aprendizagem; a Introdução das Línguas Moçambicanas, a Introdução da Língua Inglesa, Introdução das Disciplinas de Ofícios, Educação Moral e Cívica, e Educação Musical.

**Tabela da estrutura do currículo**

ÁREAS	DISCIPLINAS
Comunicação e Ciências Sociais	Língua Portuguesa
	Línguas Moçambicanas
	Língua Portuguesa
	Língua Inglesa
	Educação Musical
Matemática e Ciências Naturais	Educação Moral e Cívica
	Matemática
Actividades Práticas e Tecnologias	Ciências Naturais (Biologia, Física e Química)
	Ofícios
	Educação Visual
	Educação Física

Fonte: Elaborado a partir do PCEB 2003

3. Implementação do Novo Currículo do Ensino Básico

As mudanças curriculares levaram em consideração não só o próprio processo de planificação, mas a concepção de estratégias adequadas para a sua implementação. Isso tornou o processo um desafio, uma vez que se tratou de dotar os indivíduos com conhecimentos e habilidades de que eles necessitam para obterem meios de sobrevivência sustentáveis, acelerar o crescimento da economia e reduzir os índices de pobreza (Moçambique, 2003, p. 15).

A implementação do currículo assenta-se, essencialmente, nas seguintes premissas:

(a) Criação e expansão das Escolas Primárias Completas, possibilitando um ensino básico completo a todas as crianças.

(b) Formação de professores, como chave do sucesso da implementação do currículo do ensino básico;

(c) Capacitação dos professores, pois há um significativo número sem formação pisco - pedagógica;

(d) Formação de professores para as novas disciplina, a saber, Ofícios, Educação Musical e Inglês.

Assim, para a implementação do currículo do ensino básico, houve uma preparação prévia ocorrida em diferentes níveis, designadamente, regional, central, provincial e distrital, através de seminários de capacitação que aconteceram em todo o



país. A estratégia utilizada para as primeiras capacitações foi a formação em cascata, na qual as equipes de nível central formavam os técnicos de nível provincial. Estes, por sua vez, os técnicos do distrito e alguns coordenadores das Zonas de Influência e, finalmente, esses capacitavam os professores nas escolas ou nas ZIPs. A organização da formação em cascata, segundo apresenta o Moçambique (2003, p.58), deve-se à tentativa de minimizar custos, pois, considerando que todos os professores em exercício precisam ser capacitados, não seria viável formá-los simultaneamente. Contudo, Duarte et. all (2012, p.162) reconhece que as capacitação de professores deveriam estar em função do plano de introdução do novo currículo, isto é, na primeira fase, dever-se-ia preparar os formadores provinciais e os materiais para a 1^a, 3^a e 6^a classes, pois estas foram as primeiras a serem introduzidas e, na fase seguinte, as 2^a, 4^a, 5^a e 7^a classes.

Dessa forma, a implementação do currículo do ensino básico foi feito segundo um roteiro traçado no PCEB, com destaque à criação das escolas primárias completas, à capacitação dos professores e à distribuição por ciclos de aprendizagem, sendo necessário, ainda, operar mudanças no processo de ensino e aprendizagem na salas de aula, tornando o ensino mais centrado no aluno.

3.1. Gestão da Implementação do Curricula nas Escolas

As Direções dos Serviços distritais de Educação, Juventude e Tecnologia no país designados por (SDEJT), detém uma rede de Escolas Primárias Completas (EPCs). Nestas escolas, a divulgação dos documentos que introduziram reformas curriculares do ensino básico se deu através de encontros mantidos nos SDEJT, dirigidos pelo respectivos directores em cada distrito, assim como encontros regulares entre a área pedagógica com os directores adjuntos das escolas. Estes, por sua vez, faziam a disseminação aos professores nas escolas em que se encontram afecto.

Ao nível das intenções da governança de acordo com o PCEB (2003, p. 16), encontram-se as políticas educativas que definem não só as orientações globais mas também os instrumentos que dão forma à prática curricular. No plano intermédio ou da escola, reajustam-se as orientações e reconstroem-se os instrumentos curriculares e, por último, ao nível da aprendizagem, são tomadas pelos professores e alunos as mais importantes decisões curriculares.



Ao analisar as políticas de educação em Moçambique entende-se que segue o mesmo cenário em que as orientações são definidas a nível central, operacionalizadas a nível provincial e implementadas e readaptadas a nível do distrito e escola. Embora o governo tenha descentralizado a gestão da educação a nível dos municípios, que está se mostrando lento.

No que concerne aos documentos normativos para as escolas do distrito, foram enviados os instrumentos seguintes:

- Plano Curricular do Ensino Básico (PCEB);
- Programas de ensino e;
- Regulamento Geral de Ensino Básico (REGEB);

Os materiais permitiram que os professores pudessem, na ocasião, apreciar e debater colocassem suas sugestões sobre as matérias constantes em cada um dos documentos e enviar as suas sugestões ao INDE.

A quando da publicação oficial dos documentos, foram enviados à Direcção Provincial de Educação, e esta, por sua vez, procedeu à distribuição pelos Distritos. Os SDEJT encarregaram-se pela repasse a todas as escolas do ensino básico e a todos os professores, por meio da direcção da escolar. Os documentos têm sido alvo de várias discussões pedagógicas em encontros programados pelas próprias escolas do distrito.

Nas estratégias de implementação desenvolvida a partir do topo até a base, importa referenciar que os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), que interligam as Direcções provinciais e as escolas, são atribuídos a função de garantir o cumprimento do Plano Quinquenal do Governo (PQG) a nível do distrito, bem como o Plano Estratégico da Educação (PEE). A implementação das inovações no país, têm acontecido de acordo com as orientações oficiais, entretanto, tem sido difícil para algumas disciplinas novas como, por exemplo: Línguas Moçambicanas, Educação Musical, Ofícios e matérias relacionadas ao Currículo Local. Devendo-se a inexistência de professores suficientes e com qualificações necessárias para leccionar a língua local. Os professores na sua maioria provém de outros locais e não são falantes da língua local de onde trabalham o que tem criado imensas dificuldades. Os professores na sua maioria eram colocados pelos IFP, que observavam a política da unidade nacional onde os de sul cabia ser colocados no norte ou centro e vice-versa e a língua local não merecia



atenção. Ainda com o modelo actual não se observa no processo de concurso público de contratação ou ingresso alguma alínea que vincule a língua local nos concursos público continuando ainda não dar vasão ao problema.

Em relação ao currículo local, segundo INDE (2003, p. 82), entende o currículo local como sendo “o complemento do currículo oficial, nacional, definido centralmente, que incorpora matérias diversas de vida ou de interesse da comunidade local nas mais variadas disciplinas contempladas no Plano de Estudos”. Este conceito mostra o vazio que existia ao aborda - se apenas os conteúdos centralmente definidos e com a inclusão dos saber local torna o ensino mais relevante e pode reforçar a interacção entre a escola e a comunidade, ou seja, aquilo que era a cultura local ela já é valorizada e discutida nos meandros da escola, e Basílio (2006, p. 22), na sua dissertação argumenta esta posição que o interesse da escola pela comunidade tem como objectivo estabelecer as relações de diálogo entre a própria comunidade e a escola, entre os saberes locais das comunidades e os saberes universais para o desenvolvimento da prática educativa.

O currículo local não pode ser um submundo em relação aos conceitos universais que são mediados na escola. Hoje ganhou um espaço privilegiado nos processos de construção da nossa identidade e por isso mesmo, não raras as vezes que ouve as expressões: “temos que voltar para as nossas raízes; temos que resgatar a nossa identidade” querendo manifestar o sentimento de que se está ficando demasiado “alienados” pelos valores ocidentais esquecendo a nossa cultura. Aqui chama-se submundo, os saberes locais que são considerados marginais aos processos educativos na escola.

Entretanto, não tem sido fácil identificar na comunidade, actividades que sejam relevantes para as crianças sobretudo nas disciplinas de ofício educação visual e musical. As aulas tem sido conduzido com algumas dificuldades devido a falta de preparação por parte dos recursos humanos, a saber, professores e directores das escolas, não tem formação nestas áreas limitando-se atribuição de notas e associado a falta de material específico para esta área (alguns temas exigem o conhecimento da carpintaria que os professores não possuem conhecimento). Algumas disciplinas não são leccionadas, porque os professores não entendem a matéria apenas só atribuem



notas aos alunos para passar e mesmo os que tentam enganar que estão a leccionar, quando estão tratar de teoria ao invés da prática segundo as orientações que pouco esta ligado ao sistema.

Sobre a compreensão a respeito do currículo integrado e se essa modalidade de ensino tem trazido melhoria para a educação, na verdade é que o ensino integrado propicia às crianças, nas sete classes do ensino básico, uma ligação entre as disciplinas dentro da classe e do ciclo, entretanto, esse pensamento considera que está próximo do que está exposto no PCEB. Sobre a integração curricular no ensino básico, ainda que está em implementação da melhor forma possível, dentro da disciplina, principalmente no aprofundamento de um determinado conteúdo e a dificuldade encontrada diz respeito à formação dos professores, que não está corresponder com as novas exigências curriculares, assim como de capacitação dos gestores escolares.

O grupo provincial de transformação curricular criado na ocasião não conseguiu a réplica necessária às decisões tomadas pelo Fórum Nacional de Consulta. Contudo, realça os profissionais da educação, particularmente os professores, apresentam algumas dificuldades na implementação das inovações, já que não foram formados para as novas disciplinas, não tendo sido suficientes as capacitações realizadas nas acções introdutórias. As inovações levam a desqualificação profissional, quer dizer, indivíduos que antes foram qualificados para realizar certas actividades, deixam de o ser devido ao facto de não terem capacidades para interpretar as inovações no novo modelo, para acompanhar a dinâmica de desenvolvimento. Verifica-se, igualmente, com o desenvolvimento tecnológico, a redução da força manual de trabalho, o saber fazer tradicional deixa de ter importância.

Em relação ao modelo de avaliação, sobre a forma como tem decorrido a implementação dessa inovação nas escolas, na globalmente, ela não tem sido a mais desejável, uma vez que os executores não interpretam correctamente o que está contido nos documentos oficiais. Uma das dificuldades é perceber o assunto sobre a promoção semi - automática, progressão semi - automática ou por ciclos de aprendizagem, hoje, “designada de progressão normal” segundo o Novo Regulamento de Avaliação do Ensino Básico (2014, p. 29), que, apesar de ser a forma de avaliação adoptada pelo



governo, tem gerado polémica, uma vez que há divergência de opiniões por parte dos professores, pois alguns deles ainda não entendem a sua essência.

Na planificação, já não são realizadas discussões aprofundadas sobre como abordar determinado conteúdo. O que tem acontecido é apenas um alinhamento dos conteúdos a serem leccionados durante um determinado período.

O modelo de formação dos professores, não é o mais adequado para a inserção dessas inovações no dia-a-dia na sala de aulas. Assim, é necessário preparar os profissionais envolvidos para que a política possa ser implantada com sucesso.

A interferência da política no processo do ensino faz com que os alunos transitem sem saberes necessários, pela atribuição obrigatória de notas para o alcance da percentagem, nesta perspectiva Nguenha (2011, p. 161), revoga ao afirmar que esta forma de fazer política traz conflitos sociais, pois há um esquecimento do povo como preocupação principal. Assunto abordado pelo Pedone, quando afirma que as necessidades públicas induzem a participação e influência de grupos e representantes do povo na formulação e implementação dos programas do governo e acrescenta ainda que as estruturas e as praticas políticas influenciam as políticas públicas e as suas consequências na sociedade. A política deve consistir na construção de consensos e acomodação entre fazedores de política e implementadores.

Conforme Farias (2011, p. 12), advoga que o problema central da implementação é a dificuldade do processo resultar em consensos quanto às metas, autonomia individual e compromisso com as políticas por parte daqueles que devem executa - las. Libâneo (1994, p. 227), ao revogar a atitude da política, na sua perspectiva afirma que educação é o direito de todos como condição para o trabalho, cidadania e cultura, enquanto tal é dever de todos os governos garantir o ensino básico a todos, traçar uma política educacional específica, prover recursos financeiros e materiais para o funcionamento do sistema de modo a garantir todos cidadãos e jovens de modo a ter ensino de qualidade e socialmente relevante.

Mas o que mostra do exposto pela influência política da uma perceção da que a educação tem sido relegada ao segundo plano no país.



3.2. Factores Principais da Baixa Qualidade de Ensino

A AGENDA-2025, de acordo com Humbane (2013, p 23), é um documento de iniciativa presidencial, datado de 2003, que representa um amplo consenso entre o Governo, parceiros da sociedade civil, partidos políticos e a comunidade internacional e traça uma ampla estratégia sobre a direção futura de Moçambique, criando uma visão comum de longo prazo, nos planos político, económico, social e cultural.

O ensino primário para os nativos, designado ensino rudimentar, era assegurado pelas escolas das missões católicas e não era um ensino com vista a desenvolver as potencialidades dos moçambicanos mas “tinha como fundamento circunscrever o conhecimento dos moçambicanos para não poderem concorrer com os colonos”. Com o advento da independência, como seria de esperar, assistiu-se mudanças profundas na Educação. As escolas foram nacionalizadas e houve muito esforço na formação de docentes e os moçambicanos tiveram acesso a educação, incluindo a alfabetização. Explica se na AGENDA-2015, que até 1984 conseguiram-se resultados positivos surpreendentes na educação.

Mas este quadro de AGENDA-2015, mudou ainda devido as agressões externas, as sanções e a guerra entre os moçambicanos prejudicaram os esforços acima descritos, sobretudo ao nível das zonas rurais. Com efeito, o cenário do conflito não só levou a deslocação da população (com especial destaque para alunos e professores), como também à destruição de 46% da rede escolar de nível primário e 20% das escolas técnicas. Assim, como consequência, a oferta dos serviços educacionais que ainda não é abrangente (por exemplo, há alunos que não podem transitar do Ensino básico e frequentar secundário, e muito mais difícil para superior, por falta de vagas). Assiste-se também a uma grande desigualdade no acesso à educação entre o campo e a cidade e mesmo entre as regiões Norte, Centro e Sul. Igualmente no nosso país assiste-se a altos índices de desistência e de reprovações, sobretudo no sexo feminino é descendente do nível a medida que o nível de escolaridade vai aumentando.

Existem factores que tem sido a causa da baixa qualidade do ensino, segundo a AGENDA-2025 descrita por Humbane (2003, p. 29), algumas das causas são as seguintes: ·



- Insuficiente qualificação pedagógica dos professores;
- Condições difíceis e precárias em que trabalham os professores;
- Baixos salários e atrasos no seu pagamento;
- Falta de motivação por parte dos professores que abraçaram a carreira como um emprego de recurso à espera de um outro melhor;
- Falta de reconhecimento e incentivos aos professores mais dedicados;
- Falta de reciclagem periódica.

Outros factores que são apontadas pela AGENDA- 2025 segundo Humbane (2013, p. 29), que não concorrem para que as condições de aprendizagem dos alunos ocorram, designadamente.

- Falta de alimentação e vestuário;
- Escassez de recursos financeiros;
- Escolas com direcções fracas e deficiente ligação com as comunidades;
- Longas distâncias entre a escola e o local de residência do aluno;
- Doenças;
- Casamentos prematuros dos alunos, sobretudo das alunas;
- Pouca cooperação dos pais que acham ser mais importante arranjar emprego para o filho do que motivá-lo a estudar;
- 2 De uma forma geral, AGENDA 2025, explica a Humbane (2013, p. 29), que o sistema de educação enfatiza pouco o saber fazer, a formação moral e ética. Os valores transmitidos nem sempre correspondem à realidade cultural, social e local. 24 Curso de Administração e Gestão Educacional;
- Falta de laboratórios nas escolas e condições básicas para aulas práticas (experimentação);
- Inexistência de incentivos aos melhores alunos do ensino primário e secundário, através de bolsas de estudos e oferta de material escolar;
- Falta de centros de excelência que concentrem e promovam o saber dos alunos mais dotados.



4. Desafios

- ✓ Capacitar professores e eliminar as dificuldades existentes aos professores.
- ✓ Formar professores nas disciplinas de Línguas Moçambicanas, Educação Musical, Ofícios, Visual e os membros da comunidade providos de conhecimento dos conteúdos das matérias relacionadas com Currículo Local;
- ✓ Ter legislação que privilegie a contratação de professores conhecedora de língua local para ensino bilingue;
- ✓ Reduzir a influência política no sistema educativo.
- ✓ Introduzir um novo modelo de formação do professor
- ✓ Acabar com a interferência dos investidores estrangeiros no processo;

5. Considerações Finais

A conclusão do ensino primário continua actualmente a ser uma das maiores preocupações do Governo e organismos que se ocupam da educação em Moçambique. Com efeito, continuam a ser muitas as crianças que, em idade oficial de ingresso para o primário, não tem acesso a escola com condições de aprendizagem adequadas ao número de alunos por turma elevado devendo merecer assistência condigna. Noutros termos, o ritmo de redução do número de crianças por turma nas escolas, contémua ao ritmo lento, crianças nas turmas numerosas não tem merecido o devido acompanhamento.

Os impedimentos da universalização de aprendizagem do Ensino Primário está relacionado com a inexistência de escolas em número suficiente e com a fraca eficácia interna dos sistemas de ensino. Quando há, menos reprovações no ensino primário condiciona a qualidade necessária, porque alunos de uma classe para a outra, libertando, desse modo, espaços educativos para os novos ingresso. Maior eficácia interna do sistema (redução das reprovações) leva o aluno a conclusão do Ensino Primário em tempo útil, o que igualmente reduz os custos unitário por aluno e, evidentemente, maiores possibilidades de ingresso para outras crianças.

Os jovens e as crianças, nos sistemas educativos, não estão a ter oportunidade de adquirir conhecimentos e técnicas necessárias para gerarem rendimentos e para participarem plenamente na vida sociopolítica da sociedade. São várias as razões da



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

baixa qualidade de ensino nos países em desenvolvimento, nomeadamente o rácio aluno/professor, muito alto em relação ao desejável, a deficiente gestão e apetrechamento das escolas, a existência de uma grande percentagem de professores sem qualificação mínima para o exercício da função assim como se considerar a irrelevância em algum momento do currículo.

O processo educativo no país vem conhecendo mudanças desde a saída do colonialista e essas mudanças tendem acomodar os interesses da FRELIMO, tal como revelam as reformas de 1974 (retirando tudo o que fosse contrario a ideologias da FRELIMO), 1975 retirada das disciplinas de História e Geografia de Portugal, Religião e Moral), 1983 (Mudanças profundas nos currículo do Ensino Primário e Secundário), 2004 (reformulação das áreas curriculares).

A nível do país a implementação do currículo do ensino básico, foi antecedida de uma preparação prévia ocorrida em diferentes níveis, designadamente central, regional, provincial e distrital, através de seminários de capacitação e divulgação que aconteceram um pouco em todo o país. A estratégia de formação em escalões de nível central formando os técnicos de nível provincial. Estes, por sua vez, os técnicos dos distritos e alguns coordenadores das Zonas de Influência Pedagógica e, finalmente, esses aos professores nas escolas, esta capacitação não foi suficiente e as informações não chegaram devidamente na base. O grupo provincial de transformação curricular criado na ocasião não conseguiu fazer a réplica necessária às decisões tomadas pelo Fórum Nacional, isso confirma-se pelas dificuldades que os professores defrontam na implementação das inovações, com algumas deficiências arrastam-se até as escolas, o que significa que as capacitações não foram suficientes nas acções introdutoras.

As disciplinas de Línguas Moçambicanas, Educação Musical e Ofícios não têm professores formados e as matérias relacionadas com o Currículo Local, os detentores da matéria não tem nenhuma formação pisco - pedagógica e exigem uma taxa pois consideram este ser um trabalho que merece remuneração, algo que não está concebido no pacote curricular.

O país tem conduzido com dificuldades o novo currículo devido à ausência de preparação eficiente dos directores das escolas e professores, existência de varias interpretações sobre as passagens automáticas, currículo integrado, este que propicia às



crianças, nas sete primeiras classes do ensino básico, uma ligação entre as disciplinas dentro da classe e do ciclo, entretanto, está próximo do que está exposto para o seu cumprimento nos instrumentos oficiais, no distrito não tem sido a mais desejável, uma vez que os executores não interpretam correctamente o que está contido nos documentos oficiais.

A formação de docente não é a mais adequada para a inserção dessas inovações no dia-a-dia na sala de aula.

No que tange aos conteúdos o que tem acontecidos é apenas um alinhamento dos temas a serem leccionados durante um determinado período e não a discussão desses. O procedimento tem contribuído bastante para a existência de problemas de qualidade, uma vez que as aulas a serem dadas não têm merecido o devido cuidado na preparação. Os gestores de escolas vêm isso e se acomoda como se fosse normal

A interferência da política no processo do ensino traz consequências nefastas, porque, faz com que os alunos transitem sem saber exigidos, resultando na atribuição arbitrária de notas para o alcance da percentagem para maior eficácia, esta política devia deixar de interferir no processo dos resultados.

Bibliográfica

SERAFIM, L. Inovação, *como alavancar a inovação na sua empresa*, São Paulo, Saraiva, 2011.

BARBIORI, J.C, Alvares, A.C, Cajazeira, J.E. *Gestão de Ideias para a Inovação Continua*, Editora S.A, São Paulo, 2009

HEIDEMANN, Francisco G. SALM José, *Políticas Publicas bases Desenvolvimento Epistemológicas e Modelos de Analise*, Universidade de Brasil, 2009, 259 p,

MAFUMO, Jorlinho, *Sistema de Controlo Interno Sobre a Gestão de Tesouraria*, 1ª Ed., Maputo, 2012, 53 p.

CAP, *Economia, Política e Desenvolvimento*, UEM-CAP, Imprensa Académica. LDA, Volume1, 2010, 109p

REZENDE, Flávio da Cunha, *Porque falham as reformas Administrativas*, 2004

MINED, *Plano curricular do ensino Básico*, Maputo, 2008, 81p

MINED, *Regulamento do Ensino Básico*, Maputo, 2009, 93p

MOÇAMBIQUE, *Plano Curricular do Ensino Básico: Objetivos, políticas, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação*, Maputo, 2003.

MOÇAMBIQUE, *Novo Regulamento de Avaliação do Ensino básico e Secundário Geral*, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Orientações e tarefas obrigatórias para o período de 2010 a 2014*, MINED, Maputo, 2010



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

ANDRADE, M. *Como Preparar os Trabalhos de Pós-graduação*. São Paulo, 7ª Edição, 2008.

ARQUIVO DO BLOGUE, Currículo do ensino primário em Moçambique 2015

GIBSON, R. Skarzynski, *Inovação, Prioridade Nº 1, O caminho para transformações nas organizações*, editora Ltda, 2008.

Recebido: 19/6/2020.

Aceito: 20/7/2020.

Autores:

Bernardo Alfeu Uachisso- Licenciado em Ensino de História pela Universidade Católica de Moçambique (UCM) – **Beira** 2011, Mestrado Em Gestão pela Universidade São Tomás de Moçambique 2016, Doutorando em Gestão Pela Universidade São Tomás de Moçambique –**Maputo**, Actualmente trabalha como Instructor Técnico Pedagógico de Educação (ITP) 861720871, bwachisso@gmail.com.

Chico Francisco Faria- Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro na Escola de Serviço Social, Docente Universitário na Universitário na Universidade Eduardo Mondlane no curso de Serviço Social. chicofaria1980@yahoo.com.br